

Delfim comprou o equipamento

Brasília — O tomógrafo computadorizado, o angiôgrafo digital e a gammacâmera avaliados em 600 mil dólares e que há sete meses estão empilhados em caixotes nos corredores do Hospital de Base de Brasília, vieram para ali por obra e graça de uma negociação realizada pela equipe do ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto, com o governo francês, em 1983. Naquele ano, Delfim e equipe foram pedir empréstimo aos franceses e acabaram tendo de comprar 897 milhões de francos (cerca de Cz\$ 450 milhões hoje) em equipamentos médico-hospitalares, numa rubrica conhecida como *suppliers credits*.

A negociação para a compra desses equipamentos foi feita entre o governo brasileiro e as empresas francesas Thonson-CGR e Sophya Developpmant. Os equipamentos destinavam-se ao Inamps e outras 14 repartições federais, estaduais e municipais. Esta operação, explicou fonte do Inamps, foi realizada sem obediência a diversas formalidades legais. Documento em poder da Procuradoria-Geral do Inamps, que leva o timbre de confidencial, mostra que não houve autorização da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest) para a concretização da operação. O Departamento de Orçamento e Programa do Inamps só tomou conhecimento do episódio em 11 de janeiro de 85, como revela relatório dos funcionários Domingos Ribeiro Neto e Francisco Pereira Filho.

Processo ignorado

Agora, estes equipamentos estão esperando instalação, mas isso precisa ser feito rapidamente, uma vez que a garantia termina nos próximos quatro meses. Mas a demora para instalação dos equipamentos (que valem Cz\$ 9 milhões 600 mil e que dariam para comprar cerca de 106 Chevettes, o carro mais barato do Brasil) é inversa à pressa com que a operação foi fechada. Na época, mesmo sem a Cacex

(Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) ter expedido as guias de exportação, a operação foi registrada no Banco do Brasil para que o governo francês liberasse o sinal; à fim de que as duas empresas pudessem iniciar a fabricação dos equipamentos. No dia 19 de outubro de 1984, a Thonson-CGR recebeu o primeiro adiantamento do governo francês, no valor de 32 milhões de francos. Outro sinal foi pago à Thonson no dia 16 de janeiro de 85; correspondendo a 30 milhões de francos. No mesmo dia, a Sophya recebeu adiantados 9 milhões 581 mil 702 francos.

Até então, ninguém dentro do Inamps sabia do processo número DG-31.333.39/83. O presidente do Inamps na época, Aloísio Salles, tomou conhecimento da operação em conversa com autoridades do Governo, em Brasília, que durou cerca de 50 minutos. Quando a atual administração assumiu o Inamps, havia apenas o número do processo. Quem forneceu cópias do contrato original foi a Thonson, que remeteu para apreciação do procurador-geral do Inamps, Francisco Costa Neto.

Depois de muita negociação, o ex-ministro da Previdência e atual governador da Bahia, Waldir Pires, conseguiu reduzir a encomenda do Inamps de 435 milhões de francos para 231 milhões. No entanto, a parte destinada aos estados e municípios foi mantida e parte dela veio à tona nos corredores do Hospital de Base.

Entre todas as irregularidades do contrato de financiamento, uma cláusula merece destaque. É a que diz que se todos os três contratos, entre o Inamps e as duas firmas francesas, forem violados ou descumpridos por parte das empresas, não haverá qualquer sanção. Isso porque os litígios não serão submetidos à Justiça, mas à solução amigável, de caráter definitivo, na forma do regimento de conciliação e arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, com sede em Paris.